



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5510

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 09/12/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 100/2004. Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de terreno à Sociedade Amigos de Miralta, localizado na Fazenda Morrinhos, no Distrito de Miralta, com área de 12.550,00 m², para construção de área de lazer e ampliação do perímetro do distrito.

Controle Interno – Caixa: 12.3 **Posição:** 21 **Número de folhas:** 29

Especie: PL
Categoria: Imóveis
A: 12.3
Ordem: 21
nº fls: 26



100/2004
23.12.2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação á Sociedade

Amigos de Miralta e dá outras providências. Área de terreno
medindo 12.550,00m² constante de duas áreas
desmembradas de terreno desapropriado localizado
na Fazenda Morrinhos, atualmente distrito
de Miralta.

Caro

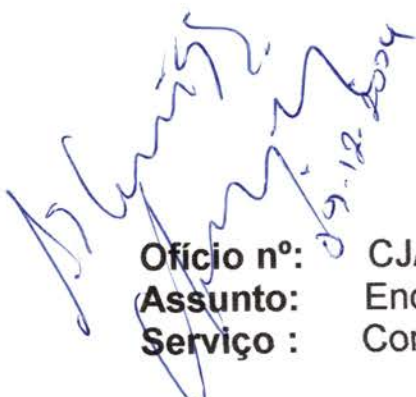
MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 09/12/2.004
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - VISTAS POR 3 FIAS EM 14.12.2004
- 4 - RELAPELAMENTO DE FIAS WSSAD EM
- 5 - 21.12.2004
- 6 - APROVADO EM REGIME DE URGEN
- 7 - CIA EM 23.12.2004
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG.

Av. Cula Mangabeira, 211, CEP 39.401-002 – Montes Claros – MG.

Montes Claros (MG), 06 de dezembro de 2004.


Ofício nº: CJ/070/04
Assunto: Encaminha Projeto de Lei
Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei, que temos a honra de submeter ao elevado exame dos Ilustres Membros da Câmara Municipal, tem por objetivo transferir ao Patrimônio disponível do Município uma área de terreno medindo 12.550,00m² e, posteriormente, doá-la à Sociedade Amigos de Miralta, para a construção de uma área de lazer e ampliação do perímetro de Miralta,.

A presente proposição atende, plenamente, aos anseios da comunidade do distrito de Miralta.

Solicitando a aprovação do referido Projeto de Lei, neste ensejo, apresentamos a V.Exa. e aos Ilustres Integrantes dessa Casa Legislativa as expressões de nosso respeito e consideração.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal

Exmº. Sr.

José Maria Saraiva

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG.

Av. Cula Mangabeira, 211, CEP 39.401-002 – Montes Claros – MG.

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 06 DE DEZEMBRO DE 2004.

Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação à Sociedade Amigos de Miralta e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica doada a área de terreno medindo 12.550,00m² (doze mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados), constante de duas áreas, desmembradas de terreno desapropriado, localizado na Fazenda Morrinhos, no Distrito de Morrinhos, atualmente Distrito de MIRALTA, contendo os seguintes limites e confrontações:

Área "A" - Desmembrada de uma área maior, "Partindo do Mata-Burro da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, segue por cerca, com rumo de 56° 00' N.O, numa distância de 91,00ms., limitando com o espólio de José Joaquim Pereira; Daí, por picada, limitando com a área do Ginásio Municipal, com o rumo de 45°00' N.E., numa distância de 74,00ms, onde encontra-se com a rodovia que liga Montes Claros a Miralta, daí pela Rodovia até o Mata-burro, sendo este o ponto inicial desta descrição, perfazendo assim, a área total de 5.149,00m².

"Área B"- Essa mede 11.010,00 (onze mil e dez metros quadrados), com os seguintes limites: - "Partindo da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, segue por picada, limitando com terreno do próprio Município, com rumo de 44°00' N.E., na distância de 49,25 ms., Daí segue por cerca limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, com rumo de 80°00' N.E., numa distância de 41,00ms; daí segue por cerca limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, com rumo de 42°00' S.E., numa distância de 97,50ms; daí por cerca limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, com rumo de 43°00' S.O., numa distância de 131,50ms; daí segue por cerca limitando com o espólio de José Joaquim Pereira com o rumo 56°00' NO; numa distância de 29,00ms; onde se encontra o mata-burro da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, daí segue, pela Rodovia até o ponto que deu origem a este memorial, perfazendo, assim, a área de 11.010m², que, somada com a área "a", que mede 1.540,00 m², perfaz o total de 12.550,00m².



Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a referida área de terreno à **SOCIEDADE AMIGOS DE MIRALTA**, para nela ser construída uma área de lazer e ampliação do perímetro de Miralta.

Art. 3º - Na conformidade das disposições dos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 106, da Lei Orgânica Municipal, fica a donatária com a obrigação de cumprir a finalidade prevista no art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único – Em caso do não cumprimento pela donatária da sua obrigação, conforme preceituado neste artigo, ocorrerá a reversão automática do imóvel doado ao patrimônio do Município, observado o disposto no § 3º, do art. 106, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 4º – A Sociedade Amigos de Miralta, fica obrigada a providenciar o recebimento da escritura pública de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

Parágrafo Único – As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escrituração do imóvel doado, correrão às expensas da donatária.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 06 de Dezembro de 2004.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 13 DE DEZEMBRO DE 2004

PRESIDENTE

É LEGAL E CONSTITUCIONAL


Humberto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 23 DE DEZEMBRO DE 2004
PRESIDENTE

DECRETO Nº 580, de 01 de fevereiro de 1982

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS QUE SÃO MENCIONADOS;

O Prefeito Municipal de Montes Claros, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 77, nº VI, combinado com o art. 163, letra "D", todos da Lei Complementar nº 03, de 28 de dezembro de 1972;

DE C R E T A :

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, as áreas de terreno abaixo descritas, situadas no município de Montes Claros de propriedade do Espólio de José Joaquim Pereira.

Art. 2º - As áreas de terreno, supra referidas, têm as seguintes descrições:

AREA A : "Partindo do mata burro da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, segue por cerca com o rumo $56^{\circ}00'$ NO numa distância de 91,00 m (noventa e um metros) limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, daí por picada limitando com área do Ginásio Municipal com o rumo de $45^{\circ}00'$ NE numa distância de 74,00 m (setenta e quatro metros) onde encontrase com a rodovia que liga Montes Claros a Miralta, daí pela rodovia até o mata burro, sendo este o ponto inicial deste memorial", com área total de $5.140,00 \text{ m}^2$ (cinco mil, cento e quarenta metros quadrados).

AREA B : "Partindo da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, segue por picada limitando com terreno do próprio

124

fls. 11

Municipal com rumo $44^{\circ}00'$ NE na distância de 49,25 m (quarenta e nove metros e vinte e cinco decímetros), daí, segue por cerca limitando com espólio de José Joaquim Pereira com rumo $80^{\circ}00'$ NE numa distância de 41,00 m (quarenta e um metros), daí, segue por cerca limitando com espólio de José Joaquim Pereira com o rumo $42^{\circ}00'$ SE numa distância de 97,50 m (noventa e sete metros e cinquenta decímetros), daí, por cerca limitando com espólio de José Joaquim Pereira com o rumo $43^{\circ}00'$ SO numa distância de 131,50 m (cento e trinta e um metros e cinquenta decímetros), daí, por cerca limitando com espólio de José Joaquim Pereira com rumo $56^{\circ}00'$ NO numa distância de 29,00 m (vinte e nove metros) onde encontra-se mata burro da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, daí, segue pela rodovia até o ponto que deu origem a este memorial, com a área total de 11.010,00 m² (onze mil e dez metros quadrados).

Art. 3º - Os terrenos acima descritos destinam-se a área de lazer e ampliação do perímetro urbano do distrito de Miral - ta.

Art. 4º - As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta própria, prevista no orçamento vigente desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 01 de fevereiro de 1982.


ANTÔNIO LAFEVA REBELLO
Prefeito Municipal

Publicado no
Jornal de Montes Claros
03.02.82



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N.º _____ / 2004 QUE “ Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação à sociedade Amigos de Miralta e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O Projeto sob comento visa doar a área de terreno medindo 12.550,00 m² (doze mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados), constante de duas áreas, desmembradas de terreno desapropriado, localizado na Fazenda Morrinhos, no Distrito de Morrinhos, atualmente Distrito de Miralta.

A luz do art. 110, § 1º da Lei Orgânica Municipal:

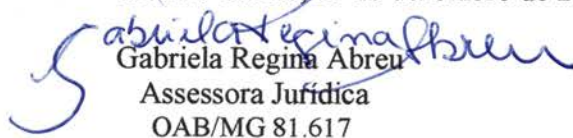
“Art. 110 -

§ 1º- É vedada a doação ou venda simbólica de qualquer bem imóvel do Município no período de 6 (seis) meses que antecedem as eleições federais, estaduais e/ou municipais, exceto quando se tratar de doações á entidades do Poder Público Federal ou Estadual, havendo comprovado interesse comunitário, e ressalvado o disposto na Lei nº 2.790/99, que terá o prazo de 03 (três) meses, Redação dada pela Emenda nº 24/2000”.

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 13 de dezembro de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/MG 81.617

"DESAPROPRIAÇÃO - PRIMEIRO TERCELO. LIVRO 352. FLs. 221V, 223.

SAIBAM

quantos esta pública escritura de desapropriação virem que aos -
doze(12)dias do mes de março(3) de mil novecentos e oitenta e -
dois(1982), nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Ge -
rais, em meu cartório, depois de me haver sido distribuída/ es -
ta, conforme bilhete adiante descrito, compareceram, perante -
mim tabelião, partes justas e contratadas, a saber:- de um la -
do, como outorgante desapropriante, a PREFEITURA MUNICIPAL DE -
MONTES CLAROS, portadora do CGC número 22.678.874/0001-35; re -
presentada, neste ato, pelo seu Prefeito Municipal, sr. Antônio -
Lafeta Rebello, brasileiro, casado, fazendeiro, portador do CPF -
número 034.416.276-00, residente e domiciliado nesta cidade, sob -
o pálio do Decreto Municipal número 580, de 01.02.82, publicado
em "O Jornal de Montes Claros", em 03.02.82; e, de outro lado ,
como outorgado desapropriado, o ESPÓLIO DE JOSÉ JOAQUIM PEREIRA
neste ato representado pela sra. Ines Soares Veloso, brasileira
viúva, de lides domésticas, residente e domiciliada nesta cida -
de, judicialmente autorizada, nos termos do Alvará adiante des -
crito: e todos reconhecidos de mim tabelião pelos próprios de -
quem trato e das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim as -
sinadas, do que dou fé. E, perante as quais, pelo referido Ou -
torgado Desapropriado me foi dito que é senhor e legítimo pos -
suidor, sem ônus algum, do seguinte imóvel havido conforme re -
gistro nº 12.635, às fls.14 do Livro 3-J, em 27.05.41, por Cr\$ -
cr\$6,00 e registro 13.231, às fls.223, do Livro 3-N, por divi -
são, do 1º e 2º Ofícios Imobiliários, desta Comarca, respectiva -
mente:- "UM TERRENO, COM A ÁREA TOTAL DE 12.550,00MS2.(DOZE MIL,
QUINHENTOS E CINCOENTA METROS QUADRADOS), CONSTANTE DE DUAS -
ÁREAS, ASSIM CARACTERIZADAS, TUDO SITUADO NA "FAZENDA MORRINHOS"
DO DISTRITO DE MORRINHOS, ATUALMENTE DISTRITO DE MIRALTA, DESTE
MUNICÍPIO:- ÁREA "A":- Desmembrada de uma área maior, que mede -
esta 5.140,00(cinco mil, cento e quarãta) metros quadrados, me -
dindo dita parte desmembrada a área de 1.540,00(hum mil, quinhen -
tos e quarenta) metros quadrados, apresentando o todo os seguin -
tes limites:-partindo do mata-burro da rodovia que liga Montes -
Claros a Miralta, segue por cerca, com o rumo de 56º00'N.O., -
numa distancia de 91,00ms., limitando com o espólio de José -
Joaquim Pereira; daí, por picada, limitando com área do Ginásio -
Municipal, com o rumo de 45º00'N.E., numa distancia de 74,00ms,
onde encontra-se com a rodovia que liga Montes Claros a Miral -
ta, daí pela rodovia até o mata-burro, sendo este o ponto inicial

FORUM CONÇALVES CHAVES - RUA CAMILO PRATES - FONE 221-5920 - MONTES CLAROS - MINAS GERAIS - BRASIL - TITULAR: CÂNDIDO SIMÕES CANEIA

desta descrição, perfazem do, assim, a área total de 5.140,00 metros quadrados. ÁREA "B" - Essa mede 11.010,00 (onze mil e dez metros quadrados) e tem os seguintes limites: - "PARTINDO da rodovia que liga Montes Claros a Miralta, segue por picada, limitando com terreno do próprio Municipal, com rumo de 44° 00' N.E., na distancia de 49,25ms; daí, segue por cerca, limitando com espólio de José Joaquim Pereira, com o rumo de 80° 00' N.E., numa distancia de 41,00ms; daí, segue por cerca, limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, com o rumo de 42° 00' S.E., numa distancia de 97,50ms; daí, por cerca, limitando com espólio de José Joaquim Pereira, com rumo de 43° 00' S.O. numa distancia de 131,50ms; daí, por cerca, limitando com o espólio de José Joaquim Pereira, com rumo de 56° 00' N.O.; numa distancia de 29,00ms., onde encontra-se mata-burro da rodovia que liga Montes Claros a Miralta; daí, segue por, digo, segue pela rodovia até o ponto que deu origem a este memorial, perfazendo, assim, a área de 11.010,00 metros quadrados, que, somada com a área "a", que mede 1.540,00 metros quadrados, perfaz o total desapropriado de 12.550,00 metros quadrados. Pela referida Outorgante Desapropriante me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que, por esta escritura e na melhor forma de direito, do referido Decreto Municipal número 580, de 01.02.82, vinha desapropriar, como efetivamente desapropriar, para o fim contido no aludido Decreto o imóvel, objeto desta escritura, cuja indenização deste ato desapropriatório é de Cr\$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), importancia esta que o Outorgado Desapropriado, cuja representante se faz representada, por sua vez, na pessoa do sr. José Pereira Veloso, nos termos da procuração, destas Notas, lavrada as fls. 297 do Livro 250, declara já haver recebido da Outorgante Desapropriante, em moeda corrente, pelo que a mesma dá plena e geral quitação, obrigando-se, jamais, em tempo algum, reclamar desta desapropriação, por si e por seus sucessores, uma vez que julga e a aceita boa, firme e valiosa, transferindo a Outorgante Desapropriante todo o direito, domínio, ação e posse que tem sobre o dito imóvel. A presente Desapropriação é isenta do I.T.B.I., face o número I, letra "a" do art. 89 da Lei 4.337, de 30.12.66. TRANSCRIÇÃO DO ALVARÁ. - "O Exmo. Sr. Dr. Tibagy Salles Oliveira, MM. Jyiz de Direito da 2a. Vara desta Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Alvará. Atendendo ao que foi requerido por d. Ines Soares Veloso, brasileira, viúva, do lar residente e domiciliada nesta ci

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

tura Municipal de Montes Claros e tendo em vista os documentos apresentados, AUTORIZO a primeira requerente, na qualidade de representante do Espólio de José Joaquim Pereira, a alienar a favor da Prefeitura Municipal de Montes Claros, os seguintes terrenos: a)-Um terreno constituído pela área "a", com 5.140,00 (cinco mil, cento e quarenta) metros quadrados; b)- outro terreno constituído pela área "b", com 11.010 (onze mil e dez) metros quadrados, declarados de utilidade pública, através do Dec. Municipal nº 580; podendo a requerente promover todos os meios legais de transmissão de domínio e posse das ditas áreas à municipalidade, firmar a escritura respectiva e demais documentos pertinentes à espécie, receber o preço, dar quitação e praticar, finalmente, todos os atos que se fizerem necessários à sua efetivação. Mediante a apresentação do presente Alvará, praticar-se-ão todos os atos nele determinados cpm observância das cautelas e prescrições legais. Tada de expediente recolhida na agencia local do Banco Nacional S.A., sob nº 994 de 15.02.82, no valor de Cr\$ Cr\$241,00. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Montes Claros, aos quinze dias do mes de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois (1982). Eu, Manoel de Jesus Muniz, Escrevente Autorizado, datilografei e subscrevo. (aa) O Juiz de Direito da 2ª. Vara, de Tibagy Salles Oliveira. "ESCLARECIMENTO:- Embora o Decreto Desapropriatório tenha se referido à uma área total de 16.150,00ms2 (dezesseis mil, cento e cinquenta metros quadrados), o certo é que as partes contratantes, devida e legalmente representadas, houveram por bem em considerar como objeto da presente Desapropriação, apenas e tão somente, a área de 12.550,00ms2. (doze mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados), ficando, assim, liberada, para o Desapropriado a área remanescente de 3.600,00 (tres mil e seiscentos metros quadrados), que não saíra do domínio do mesmo. Também entre ambas as partes contratantes ficou expressamente convencionado que, na dita área remanescente de 3.600,00ms2 (tres mil e seiscentos metros quadrados), a Desapropriante, Prefeitura Municipal de Montes Claros, se compromete a fazer, ali, uma infra-estrutura, constante de abertura de ruas e fotação de iluminação elétrica, em favor do Desapropriado, que não arcará com nenhuma despesa, na elaboração de tais melhoramentos, esclarecendo-se que tais serviços foram combinados e aceitos, pela Desapropriante e pelo Desapropriado, como parte de pagamento da área doravante transferida ao domínio do Poder Público, objeto da presente Desapropriação." A presente escritura foi-me distribuída, através do seguinte "Bilhete de Distribuição:

En het ... verdr.

[Handwritten signature]

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

~~Contribuinte,~~

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica o, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.358.494/0001-50	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/06/1984
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE AMIGOS DE MIRALTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SAMIR			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/05/2003	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **21/02/2004** às **09:04:14** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

20568184/0001-061

MONTES CLAROS - CARTÓRIO DO 2º
OFÍCIO DE REG. DE IMÓVEIS

DESA CARLOS PRATES, 271 - CORA. 100/100
CENTRO - CEP 37.000-000

MONTES CLAROS - MG

Comarca de Montes Claros - MG

OFICIAL: Léa Maria Santana Borges



RECIBO

R\$295,46

Recebemos da Prefeitura Municipal de Montes Claros, a importância de R\$295,46 (duzentos noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos), referente ao Registro da Escritura Pública de Desapropriação de 02 (dois) terrenos, sendo um com área de 1.540,00m² e outro com área de 11.010,00m², situados na Fazenda Morrinhos, no Distrito de Miralta, deste Município. Montes Claros-MG.

A) Hélia Margareth dos Anjos Silva Machado

HÉLIA MARGARETH DOS ANJOS SILVA MACHADO.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DOS

AMIGOS DE MIRALTA

- SAMIR -

MONTES CLAROS - 1984

ESTATUTOS DA SOCIEDADE AMIGOS DE MIRALTA - (SAMIR)

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

- CAPÍTULO - I -

CONSTITUIÇÃO - SEDE - DURAÇÃO - FINS

ANTONIO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL E REGISTROS JUDICIAIS.
CARTÓRIO - 111 - 111 GERAL

Art. 1º - A Sociedade Amigos de Miralta (S.A.Mir) instituição civil, com duração indeterminada e personalidade jurídica distinta da de seus associados, os quais não se respondem subsidiariamente pelas obrigações por ela contraídas, fundada no dia 20 de Maio de 1964, na sede do distrito de Miralta, onde tem sede com os seguintes objetivos :

- a) Colaborar com os poderes públicos e particulares no engrandecimento moral e material do distrito e município de Montes Claros, prestigiando as fundações existentes e as suas iniciativas que visem ao seu engrandecimento e progresso.
- b) Discutir assuntos relacionados com o desenvolvimento de Miralta, inclusive planos e obras públicas, apresentando soluções e sugestões à municipalidade, ao Estado e à União;
- c) Promover estudos sociais políticos, econômicos e históricos relativos à vida do distrito e município;
- d) Levantar dados estatísticos nas fontes produtoras do distrito e nos demais setores de suas atividades, para estudos e informações, bem como rever e estabelecer, o seu censo demográfico;
- e) estimular o desenvolvimento cultural, social e econômico do distrito e município, fundando e mantendo escolas de ensino de qualquer grau, podendo transferi-las a terceiros, inclusive governos do município, do Estado e da União, por encampação.

~~Österreich - Tunesien~~ 4/11/13
~~Wohnort: Tunis = 11/11/13~~ GEFÄH

Art. 2º - O quadro social, constituído das distinções de nacionalidade, sexo ou opinião política e religiosa, será dividido nas seguintes categorias :

- a) Banaméritos
- b) Honorarios
- c) Regidos
- d) Contribuintes
- e) Correspondentes

Art. 3º - Será sócio benemérito aquele a quem a Assembleia Geral conferir essa distinção, como homenagem excepcional e em reconhecimento de relevantes serviços prestados pelo proponente a Miralta ou à S.A.Mir.

Art. 4º - Sócios honorários são os que, não associados se fixarem dignos dessa homenagem, por prestarem serviços relevantes à S.A.M.R.

Art. 52 - Serão sócios remidos aqueles que contribuí-
ram de uma só vez com a quantia de Cinquenta mil cruzeiros
(50.000,00) para os cofres da S.A.Nir.

Art. 6º - É sócio contribuinte aquele que, inscreven-
do-se no quadro social, compromete-se ao pagamento da mensalidade
que for fixada pela Diretoria;

Art. 7º - Sócio correspondente é o que, residindo fora
possa prestar serviço à S.A.Mir. interessando-se pela execução de
seu programa.

Art. 82 - São deveres dos sócios :

a) Prestigiar a S.A.Mir. colaborando com ela na realização de seus objetivos e respeitando os Estatutos e as decisões da Diretoria;

a) contribuir, regularmente, com as mensalidades;

d) evitar na todo dependências da S.A. MIR especialmente

Parágrafo único - A enumeração feita no presente arti

Art. 9º - São direitos dos Sócios:

b) encaminhar questões à discussão, relatan-

do-as e defendendo-as em plenário;

c) solicitar esclarecimentos quando os atos e resoluções dos dirigentes da S.A.Mir. lhes pareçam desviarem-se das disposições destes Estatutos.

Art.10^º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

III CAPITULO - III

DAS PENALIDADES

Art. 11^o - Os sócios da S.A. Mir sem distinção e categoria estarão sujeitos as penalidades :

a) censura;

២) សម្រាប់ប្រជាជន :

c) eliminação.

Art.12ª - A pena será aplicada por escrito, ao sócio :
que transgredir as normas estabelecidas nestes Estatutos, pertur-
bando, de qualquer forma os serviços ou trabalhos da S.A.Mir.

Art.13º - A pena de suspensão será aplicável no máximo de noventa dias, implicando na perda para os sócios da regalia de visitar as dependências da S.A.Nir. e participar, dentro do prazo

ARTIGO DO REGISTRO DE
TITULO DE PROPRIEDADE E
CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

ORIGINAL DO Livro 0.000 de
— MINAS GERAIS

Abilip. Aplicação :

- Parágrafo Único - A pena de suspensão não isenta do pagamento da mensalidade, o qual continuará inscrito no quadro social.

a) aos que reincidirem nas faltas previstas nas
letras do artigo anterior;

- Art. 15º - As penalidades serão aplicadas pela Di
retoria "A Referendum" da Assembléa.

Art. 162 - De ambas as penalidades previstas neste capítulo, caberá recurso, no prazo de dez dias após a notificação do eliminado, para a assembleia Geral que (Examinará) reexaminará a questão.

= CAPÍTULO - IV =

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS CÍVILS JURÍDICAS.
Oficial - Geral - Ille de Acustico
MONTES - RO - MINAS GERAIS

DOS PODERES SOCIAIS

Art. 17^a - São poderes da Sociedade Amigos de Miral-
ta (SAMIR):

I - Assembléia Geral

II - A Diretoria

= CAPÍTULO - V =

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Constituição - Competência - e Forma de Convocação

Art. 18^a - A Assembléia Geral é o Órgão soberano da ad-
ministração da S.A.Mir., será composta dos sócios de todas as ca-
tegorias.

Art. 19^a - A Assembléia Geral compete, privativamente:

- a) eleger, anualmente na segunda quinzena de
dezembro, a Diretoria e as Comissões especiais;
- b) discutir e aprovar, anualmente o relató-
rio da Diretoria, acompanhada do balanço da Tesouraria, com pare-
cer do Conselho Fiscal;
- c) resolver sobre transação de compra ou ven-
da de bens da S.A.Mir ou de móveis de valor superior a
(Cr\$100.000,00);
- d) reformar os Estatutos

Art. 20^a - Além das reuniões ordinárias, previstas no
artigo anterior, a Assembléia Geral se reunirá extraordinariamen-
te, sempre que o julgarem necessário.

- a) Diretoria
- b) O Presidente da S.A.Mir.
- c) Vinte sócios, no mínimo de qualquer catego-
ria, motivando em requerimento o pedido.

Art. 21^a - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á em convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros quites e, três dias depois, em segunda convocação, com qualquer número de sócios referidos no artigo 18^a deste Estatuto.

Art. 22^a - As convocações serão dadas à publicidade, tanto na sede social como nos jornais locais, com antecedência, no mínimo, de dez dias para a primeira convocação e quarenta e oito horas para a segunda e última.

§ 1^o - Nas reuniões ordinárias, finda a matéria da convocação, poderá ser tratado qualquer assunto que se relacione com os objetivos da S.A.Mir., desde que considerado, pela maioria, questão de urgência, mediante proposta de qualquer membro presente.

§ 2^o - Nas reuniões extraordinárias, tratar-se-á exclusivamente, da matéria para que tiver sido convocado.

§ 3^o - A sessão sempre aberta pelo Presidente da S.A.Mir. ou seu substituto legal, que pedirá à Assembleia a indicação de um Membro presidir-la.

§ 4^o - Escolhido o Presidente, caberá a este convidar dois sócios para servir de secretários e assim, constituída a mesa o Presidente pedirá à Assembleia a indicação de dois outros sócios para servirem de fiscais escrutinadores, quando tiver de procederem eleição.

§ 5^o - A ata da reunião será lavrada por um dos secretários e por eles assinada, conjuntamente com o Presidente da sessão e o Presidente da S.A.Mir. e quando houver eleição também pelos dois escrutinadores.

Art. 23^a - Os membros da Assembleia só poderão usar da palavra quando esta lhes for concedida pelo Presidente.

§ 1^o - A nenhum membro da Assembleia será concedida a palavra mais de duas vezes a cerca do mesmo assunto e, no máximo, durante dez minutos de cada vez, extinuando-se dessa restrição o autor da discussão.

§ 2^o - Quando, durante a reunião da Assembleia, qualquer membro tentar perturbar os trabalhos, quer com apartes impróprios, quer com consideração estranha ao assunto em

discussão, compete ao Presidente adverti-lo ou convidá-lo a retirar-se do recinto.

Art. 24^a - Todos os assuntos serão resolvidos por maioria de votos dos presentes, tendo o Presidente voto de qualidade, para desempate, salvo no caso de eleição quando terá o direito de voto comum.

Art. 25^a - Ao proceder-se à eleição, por escrutínio secreto, será feita a chamada dos presentes, que irão depositando na urna as cédulas, contendo os nomes dos candidatos.

§ 1^a - Considerar-se-ão eleitos os que obtiver maioria de votos; Nos casos de empate, repetir-se-á a votação com os nomes de apenas dos empatados.

§ 2^a - Após a apuração, o Presidente proclamará os eleitos que tomarão posse e entrarão em exercício logo após.

Art. 26^a - Não será permitida a representação por procuração, salvo no caso de moléstia, devidamente comprovada.

Art. 27^a - As eleições serão sempre por voto secreto.

Art. 28^a - Os trabalhos de cada sessão não ultrapassarão duas horas de duração.

- CAPÍTULO - VI -

DA DIRETORIA - SUA ELEIÇÃO E POSSE

Art. 29^a - A Sociedade Amigos de Miralta, será administrada por uma diretoria assim constituída :

- a) Um Presidente;
- b) Dois Vice-Presidentes;
- c) Um Secretário Geral;
- d) Dois Secretários;
- e) Um Tesoureiro Geral;
- f) Dois tesoureiros.

Art. 30^a - Os diretores serão eleitos pela Assembleia Geral, anualmente conforme dispõe o art. 1^a - Capítulo V.

§ 1^a - A posse dos eleitos da diretoria será solenemente, pela Diretoria anterior, no prazo de trinta dias, no máximo.

§ 2º - As vagas que se derem, definitivamente, na Diretoria, serão preenchidas por eleição extraordinária, salvo quando se derem nos últimos seis meses do exercício, desde que não exceda a três.

Art. 31º - A Diretoria compete, coletivamente :

a) dirigir a S.A.Mir., administrar-lhe os bens e promover todos os meios seu engrandecimento;

b) elaborar o Regimento Interno;

c) fazer cumprir as disposições dos Estatutos e Regimento Interno, bem como as próprias resoluções e da Assembleia Geral;

d) Verificar, mensalmente, o estado do cofre social, pelo balancete da Tesouraria, e fazer com que os saldos sejam sempre recolhidos em nome da S.A.Mir., a estabelecimento bancário;

(e) deliberar sobre a admissão de novos sócios contribuintes e propor sócios beneméritos;

f) manter a ordem, a correção e a urbanidade entre os sócios;

g) nomear representantes da S.A.Mir., para as comissões que se fizerem necessárias;

h) reunir mensalmente em sessões ordinárias que poderão ser públicas, para tornarem oportunas e, extraordinariamente, sempre que o Presidente convocá-las, devendo as decisões serem tomadas por maioria de votos, com a presença mínima de cinco diretores;

i) fornecer a Comissão Fiscal, sempre que esta solicitar, um balancete da Tesouraria com todos os esclarecimentos necessários.

j) resolver os casos omissos neste estatuto

Art. 32º - Ao Presidente compete, privativamente :

a) representar a S.A.Mir., em juízo, nas suas relações oficiais e com terceiros;

b) presidir as sessões da Diretoria, com direito de voto só no caso de empate;

c) convocar as reuniões da Assembleia Geral e da Comissão Fiscal quando tiver comunicação a fazer;

d) despachar o expediente, assinar as atas das reuniões e rubricar os livros da Sociedade Amigos do Kiralta;

e) sancionar com sua assinatura os contratos, ajustes e documentos de despesa quando autorizado pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;

f) nomear, quando preciso, qualquer comissão ou representantes para todo o ato em que a S.A.Mir., tenha de figurar ocasionalmente;

g) nomear, suspender e demitir os empregados da S.A.Mir., fixando seus vencimentos;

h) organizar relatório anual para ser apresentado à discussão e votação da Assembleia Geral, acompanhado do balanço da Tesouraria, demonstração da receita e despesa, com parecer sobre os trabalhos da Comissão Fiscal;

1) assinar com o Secretário Geral os títulos de propriedade, diplomas e outros documentos de igual natureza;

j) assinar com o Tencureiro, cheques, ordem de pagamento e outros documentos de igual natureza.

Art. 332 - Ao Vice-Presidente compete, substituir o Presidente, em seus impedimentos ou faltas e na forma estabelecida nestes Estatutos.

Art. 342 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas quando também impedido o 1º Vice-Presidente.

Parágrafo Único - O 2º Vice-Presidente será substituído por um dos membros da Diretoria, por esta designado.

Art. 35º - Ao Secretário Geral compete;

c) ter a seu cargo a Secretaria da S.A.Mir. conservando em dia as atas das reuniões da Diretoria, fichário de matrícula e correspondências de alunos, registros de faltas, devendo de terminar as providências que nesse sentido forem necessárias;

b) lavrar e ler as atas das sessões da Diretoria;

a) anexar correspondências da S.A. Mir.

d) ler as sessões da Diretoria o expediente e a correspondência;

f) assinar com o Presidente da S.A.Xir. títulos, propriedades, diplomas e outros documentos de igual valor e natureza;

g) redigir os annuncios relativos à Assembleia Geral.

c) ter sob sua responsabilidade o pedido de assinatura de jornais, revistas e publicações que interessam a S.A.Mir., providenciando a convenção dos nomes, com ciência e aprovação do Presidente.

1) Superintender o serviço de carteiras de identidade dos sócios da S.A.Mir.

j) nomear auxiliares e procuradores, "ad-hoc" da Diretoria, que aprovarem também a porcentagem combinada.

Art. 39º - Aos 1º e 2º Tesoureiros, compete substituir sucessivamente o Tesoureiro Geral em seus impedimentos.

Art. 40º - PERDIDA DO MANDATO

a) Os Diretores eleitos que não se interessarem pela posse do cargo para o qual foram eleitos, deixando de comunicar a Diretoria o motivo da ausência na sessão marcada para a posse;

b) os que não comparecerem a três sessões consecutivas, ordinárias ou extraordinárias da Diretoria sem causa justificada;

c) os que deixarem de cumprir reiteradamente as disposições referentes ao seu cargo, estabelecidas neste Estatuto;

Parágrafo Único - As disposições deste artigo não excluem, para perda do mandato, o disposto no Capítulo III, cabendo a execução das mesmas, à Diretoria.

- TÍTULO - VII -

DA COMISSÃO FISCAL

Art. 41º - Anualmente, por ocasião da eleição da Diretoria, a Assembleia Geral elegará também a Comissão Fiscal composta de cinco membros e cinco suplentes.

Art. 42º - A Comissão Fiscal compete :

a) examinar os balanços elaborados pela Tesouraria, pronunciando-se a respeito;

b) examinar a escrituração e contas anuais elaboradas pela Diretoria em seu relatório e sobre elas apresentar parecer à Assembleia Geral.

§ 1º - Para o desempenho de sua missão, a Comissão Fiscal poderá examinar quaisquer documento da Tesouraria.

§ 2º - A substituição dos membros efetivos pelos suplentes, no impedimento daqueles, será feita pela ordem de idade.

Art. 43º - A S.A. Mir. organizará o seu patrimônio, obser-
vando os princípios gerais de economia, com os seguintes elementos:

- a) subvenções dos poderes públicos;

- a) subvenções dos poderes públicos;
- b) Contribuição dos sócios;
- c) produtos festivos
- d) donativos;
- e) eventuais

Parágrafo Único - A S.A.Mir. poderá empreender serviços, no sentido de alcançar seus objetivos, atendendo sua possibilidade orçamentária, cujas estimativas caberão à Diretoria e Assembleia Geral, nos limites estabelecidos neste Estatuto.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 442 - A S.A.Mir. manterá uma comissão permanente de cinco membros incumbidos especialmente de receber e homenagear visitantes ilustres, de modo a lhes dar impressão condigna do nosso progresso e desenvolvimento.

Parágrafo Único - em casos especiais será solicitada a cooperação das entidades da classe da municipalidade.

Art. 452 - Fica instituido o Diploma de Honra "AMIGOS DE MIRALTA" que será conferido a toda pessoa residente em Miraltã que se distinguir por prova inequivocas pela sua amizade ao distrito e ao municipio.

Parágrafo Único - É da competência da Assembleia Geral o conhecimento e decisão das homenagens previstas neste artigo o no artigo anterior.

Art. 46º - A S.A.Mir. homenageará e cultará a memória dos benfeitores de Miralta, bem como vultos marcantes de sua história.

Art. 47º - A S.A.Mir fará pesquisa histórica sobre a vida do distrito e do município, publicando os trabalhos mais i

notáveis neste sentido.

Art. 48º Em caso de dissolução da S.A.Mir, por dificuldade insuperável, resolvido em Assembleia Geral para este fim convocada, com a presença de dois terços de seus sócios e membros, seus bens serão incorporados a uma Sociedade congênera, se houver, ou a uma Entidade de caridade.

Art. 49º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação e só serão reformados, no todo ou em parte, após um ano da referida data.

Art. 50º - Após a aprovação do Estatuto far-se-á dentro de trinta (30) dias a eleição da Diretoria para o exercício do corrente ano.

Kiralta, 27 de Janeiro de 1965.

Antônio Carlos de Lencastre
Presidente

Antônio de Lencastre
1º Vice-Presidente

Amor Pereira Lopes
2º Secretário

Álvaro da Silva Maia
Secretário Geral

Cláudio Fagundes Brito
Tesoureiro Geral

Egson Pereira de Brito
1º Tesoureiro

Conselho Fiscal para o presente exercício.

Luiz Silva
Luiz Fagundes Fonseca
Manoel Gregório Lopes
João Soares Silva Fonseca
Emílio Fagundes de Brito
Francisco Fagundes de Brito
Gerardo Rodrigues Soares

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

REGISTRO N.º 84-66, LV. 17-1

FOL. 2117

FLS. 1

UMA VI. 12 DE Janeiro DE 1986

MONTE. 12 DE Janeiro DE 1986

10 - Oficial.